

FALAS DA TERRA

Natureza e Ambiente na Tradição Popular Portuguesa

Organização

Ana Paula Guimarães
João Barbosa
Luís Cancela da Fonseca

Desenhos

Pascal Ruech



Edições Colibri

Falas da terra : natureza e ambiente na tradição popular portuguesa /
org. Ana Paula Guimarães, João Barbosa, Luís Cancela da Fonseca. –
(Extra-coleção)

ISBN 972-772-452-3

I – Guimarães, Ana Paula, 1954-

II – Barbosa, João Lopes, 1970-

III – Fonseca, Luís Cancela da, 1954-

CDU 398(-1.469)

502

Título: *Falas da Terra*
Natureza e Ambiente na Tradição Popular Portuguesa

Organização: Ana Paula Guimarães, João Barbosa
e Luís Cancela da Fonseca

Edição: Edições Colibri / Instituto de Estudos de Literatura Tradicional

Capa: Ricardo Moita sobre desenho de Pascal Ruech

Desenhos: Pascal Ruech

Fotografias: Rita Costa e Natália Constâncio

Revisão: Luís Filipe Coelho

Depósito legal n.º 206 018/04

Tiragem: 1.000 exemplares

Patrocínios

Centro de Tradições Populares Portuguesas
Professor Manuel Viegas Guerreiro – Universidade de Lisboa

S.E.A. – Sociedade de Ética Ambiental

Apenas Livros

Instituto Superior de Ciências Educativas

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Lisboa, Maio de 2004

ÍNDICE

Apresentação: da Disciplina ao Livro (Ana Paula Guimarães)	9
1. Ecologia (Luís Cancela da Fonseca)	27
2. Ecologia e Tradição (Ana Paula Guimarães)	31
3. O Campo da Literatura Tradicional/Oral/Popular (Ana Paula Guimarães)	52
4. A Literatura Tradicional enquanto Reserva para o Conhecimento do Ambiente Natural Humano e de Outros Animais (Ana Paula Guimarães)	57

I – Falas de...

<i>Cristina Baptista</i>	67
<i>Ana Machado</i>	71
<i>Cláudio Torres</i>	73
<i>Ana Salazar Braga</i>	79
<i>Ana Luísa Janeira e José Augusto Mourão</i>	81
<i>Fernando Mascarenhas</i>	92
<i>Manuel Lisboa</i>	92
<i>João Barbosa</i>	93
<i>Humberto Rosa</i>	94

Primeira Parte: CARTOGRAFIAS

1. Corpo Humano: Vida, Amor e Morte.	97
Cancioneiro: No corpo o campo (Ana Paula Guimarães)	99
Contos: De mãos nas histórias (Arijana Medvedec)	115
Romanceiro: Qualidade de vida, qualidade de sobrevivência (Clara Pimentel)	129

II – Falas de...

Luís Cancela da Fonseca	139
Manuel João Ramos	142
Viriato Soromenho-Marques	145
Rui Farinha	149

2. Tempo, Espaço Natural (Vegetação) e Espaço Humano (Construção)

<i>Cancioneiro</i> : O elemento vegetal (Andreia Cavaleiro)	155
<i>Romanceiro</i> : O humano no espaço e no tempo (Andreia Cavaleiro)	167
<i>Cancioneiro</i> : O espaço urbano (Rita Mota)	173
<i>Cancioneiro</i> : O tempo nas cantigas (Idalina Lejeune)	177

III – Falas de...

Luís Cancela da Fonseca	195
Alexandra Escudeiro	197
José Neiva Vieira	202
Aurora Carapinha	209
Paula Cadima	211
João Barrento	215
Nuno Júdice	217

3. Animais

Contos Populares; Contos Populares e Lendas:

E cavalo e cavaleiro começaram a crescer (Carla Laranjeira)	223
<i>Romanceiro</i> : E mais cavalos (Vera Salvador, Carla Laranjeira)	231
<i>Cancioneiro</i> : Peixes, pássaros e nós (Andreia Cavaleiro)	239

IV – Falas de...

João Barbosa	249
Luís Cancela da Fonseca	249
João Barbosa	252
Clara Pinto Correia	252
Luís Palma	258
Clara Pinto Correia	262
Paula Abreu	263

5. A História das Histórias: a Carochinha (Ana Paula Guimarães)

X – Falas... – tudo por causa de uma carocha

Clara Pinto Correia	4
Cristina Baptista	4
João Barbosa	4
Inês de Ornellas e Castro	4

Terceira Parte: FINAL POR ORA

Acerca da Terra Conversadora (Ana Paula Guimarães)

XI – Ainda falas

João Barbosa	4
Fernanda Frazão	4
Clara Pinto Correia e Mia Couto	4
Nuno Júdice	5

FONTES

certos ritmos, só tenha podido evoluir num ambiente estável e previsível (o que não aconteceu noutros períodos interglaciares anteriores, em que continuámos a ser nómadas e caçadores).

Esse «andar atrás da comida», que não é assim tão antigo, terá decerto permitido conhecer muito bem os «ritmos da comida». É isto que acontece em qualquer grupo de seres vivos: para se manterem, comem... e para comer é preciso ter o que comer, onde o encontrar. Ora, o saber encontrar comida não é apanágio do Homem. A generalidade das espécies sabe como e onde comer, ou então já não existe certamente como espécie – um conhecimento que não é nosso, que é bastante antigo.

Para Margaleff, ao longo da escala evolutiva, da evolução da vida na Terra, terá havido vários canais de transmissão da informação. Aliás, ele vê a vida como uma forma de passagem de informação aos descendentes: desde aquela que depende da pressão ecológica (canal ecológico), até à passagem da informação genética mediada por moléculas especializadas (canal genético) e à transmissão de experiências, saberes e processos de aprendizagem (canal cultural).

Ele vê, pois, vários canais: um, o canal ecológico dos primórdios da vida na Terra (e que ainda se mantém em todos os casos de reprodução assexuada!); outro, o canal genético que apareceu e, durante muito tempo, se foi alargando mas não tão rapidamente quanto o canal cultural, que não é só apanágio do Homem. Há muitas espécies que transmitem culturalmente ensinamentos.

Estamos inseridos neste processo: passagem de informação que produz saber – o qual, por ser tradicional, popular, por estar perto das origens ou das raízes, traduz aquilo que todos sabíamos acerca das condições necessárias para nos mantermos vivos.

Será importante esgravatar, espiolhar este conhecimento, trazê-lo de novo à superfície, para ver se conseguimos deixar para as gerações seguintes (que, espero, consigam seguir-se à nossa) algo ainda em condições de (merecer)ser usufruído.

Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Março de 1997

Manuel João Ramos

RIA FORMOSA. O INFERNO DO PARAÍSO

Fugir da cidade, rumo a uma ilha selvagem, construir uma cabana na areia à beira-mar, contemplar o pôr do Sol enquanto o peixe grelha sobre o carvão...

Espreito o casario da Culatra, enquanto almoço carapaus grelhados numa esplanada de Olhão com o Luís, biólogo lisboeta e ex-director do Parque Natural da Ria Formosa. Ele relata-me como, nas ilhas do Sotavento Algarvio, o sonho escapista de Daniel Defoe se tornou uma desastrosa e claustrofóbica realidade céliniana (ou será feliniana?).

De Faro a Tavira, milhares de casebres de contraplacado e cimento amontoam-se como favelas sobre as frágeis dunas da ria. Com o passar dos anos, muitas das construções temporárias, que plagiavam originalmente os antigos abrigos dos pescadores locais, metamorfosearam-se, solidificando-se, expandindo-se, elevando-se e multiplicando-se. Sem outro plano que não o do improvisado e outro estilo que não o eclectismo, despontaram arruaamentos, sociabilidades e conveniências. De temporária, a apropriação abusiva do domínio público marítimo tornou-se permanente – e arrogante: do Parque e dos municípios, a população veraneante exigiu, e obteve, a instalação de redes de electricidade, água e saneamento (este ainda não concretizado na maior parte das ilhas...).

Uma característica importante do ecossistema lagunar da ria Formosa é o facto de os areais serem instáveis e moventes. Segundo Luís, as ilhas correm um sério risco de desaparecimento, não só devido aos diques da Quarteira e às constantes dragagens frente a Faro e a Olhão (remoção de areias, «ao que dizem» para possibilitar o acesso aos respectivos portos... na prática um negócio das arábias e uma importante fonte de financiamento do IPS), mas às construções domésticas na Culatra, na Fuzeta, na Armona, no Farol e em Tavira. Os extremos da ilha de Faro, ocupados por famílias pobres de pescadores, não são hoje mais que uma estreita faixa de areia prestes a eclipsar-se da superfície. No outro extremo da ria, frente a Cacela-a-Velha, o cordão de dunas rompe-se regularmente, deixando a ria exposta à ondulação e às correntes.

Claro que o drama das ilhas do Sotavento Algarvio é apenas um de muitos episódios da grande gala lusitana das residências secundárias. A Revolução dos Cravos legitimou um sôfrego e desordenado assalto colectivo a tudo o que era refúgio costeiro do País. Vaga após vaga, centenas de milhar de casas-cogumelos de variada espécie e feitio infestaram o litoral português, com a complacência ou a cumplicidade de autoridades locais e o gáudio da indústria cimenteira.

Mas, na ria Formosa, o pretexto para a ocupação popular das ilhas, e para a hipócrita desresponsabilização das autoridades públicas foi (e é) o mito etnográfico da ancestralidade dos pescadores indígenas. Segundo me conta o biólogo, o registo e licenciamento das cabanas abrangidas pela área protegida do Parque Natural depende da presunção de que elas são abrigos de pesca. Por isso, em teoria, apenas os pescadores as poderiam comprar, possuir ou vender. Mas, porque no Algarve só é pescador quem não consegue ser outra coisa, os pescadores preferem vender ou alugar as suas quadrí-

culas aos turistas – os quais, face à burocracia estatal, se fazem passar por pescadores para as poderem habilitar dos confortos necessários.

Fim de tarde em Cacela-a-Velha, a observar, lá em baixo, junto à Fábrica, a dolente actividade dos viveiristas de amêijoas e de ostras, e dos barqueiros que trazem os banhistas da praia que fica para lá da ria. Junto ao forte, reencontro a Cristina, uma desterrada transmontana de Chaves. Cristina é a arqueóloga responsável pelas escavações que esburacam quadrículas dos terrenos agrícolas junto a uma dita muralha árabe, do lado oposto ao cemitério da aldeia.

Enquanto contempla o pôr do Sol, descreve-me, com um entusiasmo pueril, as descobertas da equipa: nove esqueletos sem cabeça, sinais de paredes domésticas, e os inevitáveis cacos de cerâmica. E, de seguida, interpreta – fantasia – os sinais que a terra havia guardado durante séculos. Uma ocupação islâmica, sintomas de urbanismo, um fim abrupto de uma antiga cultura mediterrânea devido à intrusão militar dos homens do Norte, vanguarda da cristianização do Al-Garb. Sinais que ela gostaria de ver corroborados pela reserva patrimonial de tradições orais da região. Mas, infelizmente, os idosos locais, putativos guardiães das memórias de uma cosmopolita civilização ligada às costas marroquinas, nada sabem ou nada dizem. É a professora do ensino básico da localidade, vinda também ela do Norte, que transmite às crianças cacelenses uma plástica herança islâmica, feita de contos de mouras encantadas e de efabulações sobre etimologias, tipologias e topologias árabe-magrebina.

A hermenêutica dos arqueólogos fascina. Olham a paisagem como se fosse pó acumulado nas páginas de um livro de história. O seu escavar é mais um afagar ritual da terra-mãe. Peneiram montículos de terra, raspam pedras e vassouram estratos geológicos, em busca de pequenos nada enterados cada vez mais fundo. E, sob o sol ardente das campanhas de Verão – antes disso que as chuvadas do Inverno –, congeminam, fantasiam, jogando, incansáveis, um jogo de perguntas e especulações compulsivas. Um esqueleto sem cabeça é o índice de todo um exército, meia dúzia de pedras foram palácio, um caco nasceu ânfora, jarra ou – quiçá – lamparina de Aladino.

O entusiasmo da Cristina não esconde, no entanto, o cansaço. Refugia-se agora em sonhos de um passado distante, depois de ter sofrido um esgotamento nervoso que a levou a abandonar a equipa do Parque Natural. A arquitecta João, a sua colega e companheira, já tinha fugido meses antes, a chocar uma depressão. Unidas em missão, numa cruzada quixotesca contra as violações diárias à ordem utopista do Parque, tombaram vítimas da destruição, do abuso, da cupidez e da estupidez, que fazem do Algarve de hoje a montra dos maus instintos de toda uma sociedade.

Quando Cristina sonha uma Cacela mítica, não faz mais que retomar o onirismo dos indígenas algarvios. Confrontados com as evidências da razia que o turismo operou por toda a região, crêem ver em Cacela a pérola preservada no âmago da carne demasiado perecível da ostra. A acreditar em prosa vária e alguma poesia locais, este lugarejo minúsculo, alcandorado sobre as frágeis falésias de terra vermelha que delimitam a ria, foi outrora um importante centro urbano. Segundo as perspectivas mais radicais, a modesta Cacela de hoje dissimula uma grandeza cultural herdada da ocupação árabe da Península. Por isso, à guisa de descargo de consciência, o dinheiro para a «preservação do património de Cacela» não deixa de chegar, vindos de obscuros programas comunitários.

Mas eu, por mais que busque, não vejo na aldeia mais que um casario incaracterístico alapado numa falésia onde, se fechar os olhos em certos troços, ainda vislumbro intensa beleza natural. Lá em baixo, enterrados nas dunas, estão o passado luminoso e o futuro negro da ria.

Viriato Soromenho-Marques

Refiro-me antes de mais ao conceito de ecologia e a Ernst Haeckel, o seu fundador, na década de 1860. Na sua génese, a ecologia, mais do que uma ciência, é sobretudo uma procura de um saber de relações. Haeckel não foi um desses operários especializados da ciência que hoje abundam no mundo (efectivamente, a divisão taylorista do trabalho não se limitou às fábricas e às linhas de montagem, mas abarcou as próprias universidades e centros de investigação científica), ele foi de facto uma figura do pensamento e da acção, por muito que as suas posições nos possam surgir hoje como demasiadamente datadas e passíveis de interpretações com efeitos políticos perigosos. Foi alguém que também criou organizações, como o *Monistbund*, que procuravam dar corpo cívico e político à sua visão do mundo. Foi alguém que percebia que, ao lermos a natureza, estamos também a ler a sociedade, ao interpretarmos a natureza, estamos também a interpretar as relações sociais. Na representação da natureza que habitamos, encontra-se também um projecto de representação e modificação da sociedade.

A segunda nota tem a ver com a noção de tradição. A tradição não é inocente. Ela é fundamentalmente fruto de uma cultura urbana e moderna. Todos sabemos os maus tratos a que a tradição foi submetida nos últimos cem anos. A tradição serviu, essencialmente, para proteger a sociedade urbana e industrial (a sociedade das relações abstractas, do direito, da economia e